

FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

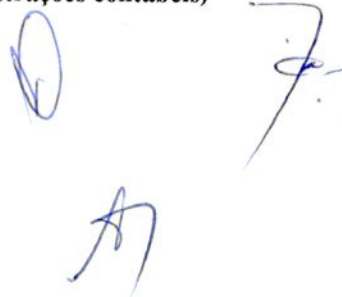
Içara - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores Expressos em Reais)

A T I V O

		2019	2018
CIRCULANTE	Nota:	4.314.725,31	2.457.881,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	3A - 4	2.831.925,01	979.859,71
Créditos de Convênios	3B - 5	1.026.700,70	1.097.661,06
Estoques - Materiais e Medicamentos	3C - 6	443.787,25	312.703,01
Outras Contas a Receber		12.312,35	67.657,38
NÃO CIRCULANTE		15.718.302,86	14.865.030,84
Créditos de Longo Prazo		125.432,66	87.418,55
Depósitos Judiciais		72.639,23	38.555,01
Investimentos		52.793,43	48.863,54
Imobilizado	3D - 7	15.592.870,20	14.777.612,29
Bens em Operação		22.433.142,07	20.843.839,57
(-) Depreciações Acumuladas		(6.840.271,87)	(6.066.227,28)
TOTAL DO ATIVO		20.033.028,17	17.322.912,00

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

Içara - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores Expressos em Reais)**PASSIVO**

		2019	2018
CIRCULANTE	Nota:	8.953.867,85	4.318.232,05
Fornecedores	3E - 08	3.882.031,22	2.387.332,78
Salários e Ordenados a Pagar		423.216,50	-
Impostos, Taxas e Contribuições	3G - 09	1.052.916,87	701.773,57
Empréstimos e Financiamentos	10	583.836,68	544.963,44
Provisões de Férias e Encargos		743.072,32	612.874,59
Subvenções para Custeio	3I - 11	2.185.353,76	-
Outras Obrigações		83.440,50	71.287,67
NÃO CIRCULANTE		25.640.917,27	24.951.962,96
Impostos, Taxas e Contribuições	3G - 09	19.254.391,75	19.081.850,23
Subvenções Para Investimentos	3J - 12	6.370.525,52	5.830.112,73
Outras Obrigações		16.000,00	40.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	(14.561.756,95)	(11.947.283,01)
Patrimônio Social		9.249.320,97	9.249.320,97
Superávit/Déficit Acumulados		(21.270.320,97)	(21.247.634,99)
Superávit do Exercício		(2.540.756,95)	51.031,01
TOTAL DO PASSIVO		20.033.028,17	17.322.912,00

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

Içara - SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Valores Expressos em Reais)

	01/jan/19 a 31/dez/19	01/jan/18 a 31/dez/18
Nota:		
RECEITAS COM SAÚDE - OPERACIONAIS	14	
Sem Restrição	15.757.212,81	16.814.669,07
Receita de Serviços por Convênios	9.473.969,57	10.565.186,19
Receita de Serviços Externos	691.581,99	789.327,67
Subvenção Estadual	1.822.814,75	1.585.000,00
Subvenção Municipal	3.607.684,50	3.479.537,84
Outros Auxílios e Subvenções	161.162,00	395.617,37
CUSTEIOS DE SAÚDE	(17.714.523,25)	(15.527.970,43)
Despesas de Pessoal e Encargos	(8.215.865,26)	(6.928.034,40)
Despesas com Profissionais Médicos	(6.378.172,87)	(6.127.611,21)
Despesas com Materiais e Medicamentos	(3.120.485,12)	(2.472.324,82)
SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL	(1.957.310,44)	1.286.698,64
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(11.949,68)	(655.217,44)
Outras Receitas	723.410,09	92.217,20
Despesas Gerais e Administrativas	(2.517.636,59)	(2.341.159,36)
Receitas de Isenção da Filantropia	1.782.276,82	1.593.724,72
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	15	(580.450,19)
Receitas Financeiras	13.727,66	36.789,33
Despesas Financeiras	(585.224,49)	(617.239,52)
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	3L	51.031,01

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



Fundação Social
São Donato Hospitalar de Içara
Waldemar Luiz Casagrande
CPF 440.721.639-53
Presidente
ANTÔNIO DE MELLO
Contador
CPF 245.376.919-72
CRC-SC 12.837/O-4

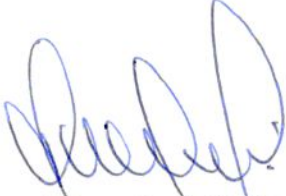
FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

Içara - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
(Valores Expressos em Reais)

EVENTOS	PATRIMONIO SOCIAL	DÉFICIT ACUMULADO	DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	TOTAL
SALDOS EM 31/DEZ/2017	9.249.320,97	(20.006.880,51)	(1.137.449,07)	(11.895.008,61)
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	51.031,01	51.031,01
Ajustes de Períodos Anteriores	-	(103.305,41)	-	(103.305,41)
Transferência Entre Contas	-	(1.137.449,07)	1.137.449,07	-
SALDOS EM 31/DEZ/2018	9.249.320,97	(21.247.634,99)	51.031,01	(11.947.283,01)
Déficit/Superávit do Exercício	-	-	(2.540.756,95)	(2.540.756,95)
Ajustes de Períodos Anteriores	-	(73.716,99)	-	(73.716,99)
Transferência Entre Contas	-	51.031,01	(51.031,01)	-
SALDOS EM 31/DEZ/2019	9.249.320,97	(21.270.320,97)	(2.540.756,95)	(14.561.756,95)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(22.685,98)	(2.591.787,96)	(2.614.473,94)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



Fundação Social
São Donato Hospitalar de Içara
Waldemar Luiz Casagrande
CPF 440.721.639-53
Presidente


ANTÔNIO DE MELLO
Contador
CPF 245.376.919-72
CRC-SC 12.837/O-4

FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

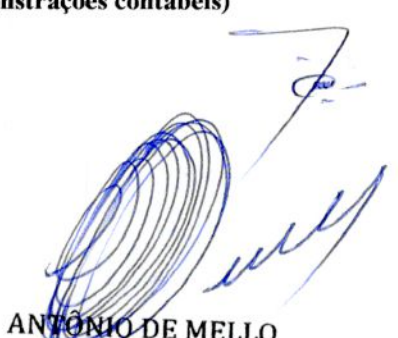
Içara - SC

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
(Valores Expressos em Reais)

	01/jan./19 a 31/dez./19	01/jan./18 a 31/dez./18
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.866.011,66	1.258.515,19
Déficit (Superávit) do Exercício	(2.540.756,95)	51.031,01
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização do Período	774.044,59	577.250,58
Ajuste de Exercícios Anteriores	(73.716,99)	(103.305,41)
Variações nos ativos e passivos		
Redução (Aumento) de Créditos de Convênios	70.960,36	849.017,70
Redução (Aumento) de Estoques	(131.084,24)	(53.897,97)
Redução (Aumento) de Outras Contas a Receber	55.345,03	(1.819,93)
Redução (Aumento) de Depósitos Judiciais	(34.084,22)	-
Aumento (Redução) de Fornecedores	1.494.698,44	97.584,15
Aumento (Redução) de Salários e Ordenados a Pagar	423.216,50	-
Aumento (Redução) de Impostos Taxas e Contribuições	523.684,82	(5.909,86)
Aumento (Redução) de Provisão de Férias e Encargos	130.197,73	(3.504,87)
Aumento (Redução) de Subvenções para Custeio	2.185.353,76	-
Aumento (Redução) de Outras Obrigações	(11.847,17)	(147.930,21)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.593.232,39)	(5.238.122,56)
Redução (Aumento) do Imobilizado	(1.589.302,50)	(5.230.663,55)
Redução (Aumento) dos Investimentos	(3.929,89)	(7.459,01)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	579.286,03	4.752.036,70
Redução (Aumento) dos Empréstimos e Financiamentos	38.873,24	(11.690,16)
Aumento (Redução) de Doações/Subvenções para Investimento	540.412,79	4.763.726,86
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.852.065,30	772.429,33
Disponibilidades no Início do Exercício	979.859,71	207.430,38
Disponibilidades no Final do Exercício	2.831.925,01	979.859,71

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



Fundação Social
São Donato Hospitalar de Içara
Waldemar Luiz Casagrande
CPF 440.721.639-53
Presidente
ANTÔNIO DE MELLO
Contador
CPF 245.376.919-72
CRC-SC 12.837/O-4

FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA
CNPJ: 83.852.418/0001-54
Içara - SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA**, instituída pelo **HOSPITAL DE CARIDADE SÃO DONATO** é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por finalidade a manutenção de um hospital e prestação de serviços de assistência médica hospitalar a todos que necessitarem sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, ideologia política ou credo religioso.

No final do mês de setembro de 2019, a Fundação inaugurou a sua UTI – Unidade de Tratamento Intensivo, atendendo uma necessidade da região, buscando melhorar ainda mais o atendimento para a população da cidade de Içara e região.

A Fundação recebeu recursos para a construção do espaço físico e compra dos equipamentos. Ocorre que para seu pleno funcionamento, foi necessário despendar mais recursos para compra de materiais, honorários médicos, entre outros gastos que, fazendo com que houvesse um descompasso com seu fluxo financeiro, evidenciado por meio do déficit apresentado no final do exercício de 2019.

Porém, a Fundação projeta reverter esta situação já para o exercício de 2020, por meio de novos contratos firmados com a Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, com uma maior demanda de produção proveniente dos atendimentos via SUS, novos convênios privados e também, na busca de novas fontes de receitas junto a prefeituras e demais órgãos públicos, a fim de equacionar e reduzir o seu grau de endividamento.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Fundação em 28 de fevereiro de 2020.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A) Base para Preparação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, e Resolução CFC nº 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

B) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de acordo com as normas descritas na Seção 2 da Resolução CFC nº 1.255/09.



C) Moeda Funcional

A Administração da Fundação definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas na Seção 30 da Resolução CFC nº 1.255/09.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

D) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, depósitos judiciais trabalhistas e cíveis e provisões tributárias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

E) Ajuste a Valor Presente

Quando aplicável, os valores sujeitos a tal ajuste, são convertidos ao valor presente, em contrapartida do resultado do exercício, obedecendo ao disposto na Seção 2 da Resolução CFC nº 1.255/09.

NOTA 03 – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, ressalta-se:

A) Instrumentos Financeiros Não Derivativos

A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:



▪ Caixa e Equivalentes de Caixa

Abrangem saldos de caixa e depósitos a vista, assim como aplicações financeiras com liquidez imediata, demonstradas pelo custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

▪ Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Corresponde a valores a receber de convênios com SUS e Planos de Saúde, registrados pelo valor original até a data do balanço, além de serviços médicos, subvenções a receber, contribuições e incentivos estaduais.

▪ Exigíveis

Abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial.

A Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

B) Créditos de Convênios

Corresponde a valores a receber de convênios com SUS, Planos de Saúde Privados e Município, avaliados pelo valor justo.

C) Estoques

Foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superaram os preços de mercado.

D) Imobilizado

Os valores do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustados por reavaliação espontânea realizada no exercício de 2005 e depreciações acumuladas a partir de 2006, calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

Descrição	Taxa anual
Edificações	4%
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%

No exercício de 2019 a Fundação manteve as taxas de depreciação comumente utilizadas.



E) Fornecedores

Obrigações nominais contraídas com fornecedores de bens e serviços, inclusive de profissionais médicos, devidos até a data do balanço.

F) Salários e Ordenados a Pagar

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e encargos, devidos até a data do balanço.

G) Impostos, Taxas e Contribuições

Estão demonstrados pelos valores de encargos sociais e retenções sobre salários, tributos retidos de prestadores de serviços, tributos parcelados de forma simplificada junto à Receita Federal do Brasil e débitos que foram alocados no programa de recuperação PROSUS, conforme nota explicativa 19.

Saldos demonstrados pelo seu valor justo, incluindo os encargos financeiros, quando devidos, até a data do balanço.

H) Provisão para Férias

Foi constituída para cobertura das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

I) Subvenções para Custeio

São valores recebidos pela Secretaria do Estado de Santa Catarina para custeio da Fundação, onde vem sendo reconhecidos como Receita em conta de Resultado, mediante a geração das respectivas despesas correspondentes, obedecendo o regime contábil de competência.

J) Doações e Subvenções para Investimento

As doações patrimoniais representam acréscimos no ativo da Fundação com o fim de proporcionar recursos para o capital, inclusive sob forma de subvenções governamentais. A subvenção é reconhecida no resultado ao longo da vida útil estimada do correspondente ativo adquirido com recursos de subvenções.

K) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Demonstrados por valores de realização/obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos auferidos, os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço.

L) Apuração do Superávit/Déficit

O superávit/déficit é apurado pelo regime de competência de exercícios para a apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.

Os recursos da Fundação foram aplicados em suas finalidades institucionais, conforme determinações de seu Estatuto Social.



NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Saldo contábil apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Caixa	27.028,95	43.489,42
Bancos Contas Movimento	2.774,70	220.870,45
Bancos Contas Aplicações/Vinculadas	2.802.121,36	715.499,84
Total	2.831.925,01	979.859,71

NOTA 05 – CRÉDITOS DE CONVÊNIOS

Os valores a receber do SUS e de outros convênios, estão assim distribuídos:

Descrição	2019	2018
SUS AIH	44.226,09	16.364,74
SUS APAC	166.665,60	191.875,60
SUS Contratualização	439.429,96	400.211,33
SUS Incentivo a Contratualização	76.452,33	25.484,11
SUS Incentivo a Maternidade	-	150.000,00
SUS Rede Urgência e Emergência	155.124,90	155.124,90
Planos de Saúde Privados	126.096,96	114.405,25
Outros Convênios	18.704,86	44.195,13
Total	1.026.700,70	1.097.661,06

NOTA 06 – ESTOQUES – MATERIAIS E MEDICAMENTOS

Saldos contábeis apresentam a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Materiais Hospitalares	188.692,70	151.562,16
Medicamentos	166.281,58	116.671,09
Materiais de Consumo	25.463,12	9.867,18
Materiais de Limpeza	9.142,28	5.089,02
Materiais de Expediente e Escritório	20.457,74	14.241,30
Materiais de Nutrição e Dietética	30.222,09	12.637,73
Material de Manutenção	3.527,74	2.024,99
Rouparia	-	609,54
Total	443.787,25	312.703,01

NOTA 07 – IMOBILIZADO

Segue composição dos itens que integram o Imobilizado, e as movimentações que ocorreram no exercício de 2019:



Descrição	Saldo em 31/12/2018	Aquisições (Depreciações)	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado	14.777.612,29	815.257,91	(6.411.833,84)	15.592.870,20
Bens em Operação	17.710.050,38	1.502.088,81	(3.205.916,92)	22.418.056,11
Terrenos	3.030.402,50	-	-	3.030.402,50
Edificações	6.962.231,16	35.500,00	3.205.916,92	10.203.648,08
Máquinas e Equipamentos	5.808.806,00	1.096.133,00	-	6.904.939,00
Móveis e Utensílios	1.219.075,99	300.253,40	-	1.519.329,39
Veículos	150.275,00	-	-	150.275,00
Computadores e Periféricos	468.359,87	70.202,41	-	538.562,28
Outras Instalações	70.899,86	-	-	70.899,86
Imobilizado em Andamento	3.133.789,19	87.213,69	(3.205.916,92)	15.085,96
Obras em Andamento	3.133.789,19	87.213,69	(3.205.916,92)	15.085,96
(-) Depreciações Acumuladas	(6.066.227,28)	(774.044,59)	-	(6.840.271,87)
(-) Edificações	(3.586.061,50)	(310.903,44)	-	(3.896.964,94)
(-) Máquinas e Equipamentos	(1.558.853,97)	(284.514,20)	-	(1.843.368,17)
(-) Móveis e Utensílios	(472.731,65)	(69.310,11)	-	(542.041,76)
(-) Veículos	(60.708,01)	(24.717,12)	-	(85.425,13)
(-) Computadores e Periféricos	(315.427,08)	(77.509,76)	-	(392.936,84)
(-) Veículos	(72.445,07)	(7.089,96)	-	(79.535,03)

NOTA 08 – FORNECEDORES

Saldo de fornecedores e honorários médicos a pagar, com a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Fornecedores	1.610.529,73	818.272,13
Honorários Médicos	1.263.603,83	764.910,65
Honorários Médicos - Plantões	1.007.897,66	804.150,00
Total	3.882.031,22	2.387.332,78

NOTA 09 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Correspondem a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e Previdência Social, inclusive taxas, emolumentos e parcelamentos, demonstrados por valores nominais, acrescidos de encargos quando devidos, até a data do balanço.

Descrição	2019		2018		Obs.
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
FGTS a Recolher e Parcelamento	430.563,56	434.672,83	315.334,03	662.220,52	-
INSS – Empregados	215.436,61	-	36.315,82	93.264,44	-
INSS – Autônomo a Recolher	2.221,78	-	2.627,15	-	-
IRRF – Empregados	138.107,82	-	72.853,56	-	-
IRRF – Autônomos	13.110,31	-	15.809,23	-	-
IRRF – Pessoas Jurídicas	33.124,24	-	14.103,52	-	-
Contribuições Retidas a Recolher	95.633,59	-	38.500,80	-	-
Contribuição Social - Parcelamento	9.163,70	-	15.144,80	8.676,83	-
INSS Notificação PROSUS - nota 19	-	10.421.118,37	-	10.160.319,75	W1

Descrição	2019		2018		Obs.
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
INSS Patronal a Pagar PROSUS - nota 19	-	1.452.755,45	-	1.407.161,54	W1
PIS Folha de Pagamento PROSUS - nota 19	-	469.817,94	-	382.037,31	W1
INSS Parcelamento PROSUS - nota 19	-	6.315.268,97	-	6.298.958,61	W1
INSS Parcelamentos - Outros	53.026,35	131.917,50	116.592,25	51.228,83	W2
IRRF - Parcelamento	18.991,42	28.840,69	31.387,01	17.982,40	-
ISS a Recolher	43.537,49	-	43.105,40	-	-
Total	1.052.916,87	19.254.391,75	701.773,57	19.081.850,23	-

Onde:

W1 – Valores incluídos no programa PROSUS, conforme Nota Explicativa 19, onde a Fundação considera prudente mantê-los registrados e corrigidos contabilmente até sua consolidação por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

W2 – Outros parcelamentos tributários federais efetuados de forma simplificada.

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Referem-se a recursos financeiros contraídos pela Fundação com taxas de juros de mercado, com a finalidade de capital de giro. Os valores apresentados estão atualizados até a data do balanço.

Descrição	Vencimento	2.019		2.018	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cooperativa Médica - Unimed	2020	46.666,68	-	-	-
Giassi e Cia Ltda.	2013	537.170,00	-	537.170,00	-
Unicred – Coop de Crédito	2019	-	-	7.793,44	-
Total		583.836,68	-	544.963,44	-

NOTA 11 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

São recursos provenientes de convênios firmados junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, que possuem finalidade de custeio da Fundação, onde o mesmo só pode ser utilizado conforme determinado em cada plano de trabalho. Ao final do exercício de 2019, as subvenções para custeio estavam assim representadas:

Data	Convênio	Valor do Convênio	Saldo Convênio em 31/12/2019
22/11/2019	2019TR001207	400.000,00	170.413,79
12/12/2019	2019TR001553	824.177,00	615.960,35
12/12/2019	2019TR001555	480.000,00	342.242,97
13/12/2019	2019TR001565	1.096.420,00	1.056.736,65
Total		2.800.597,00	2.185.353,76

Estes valores estão sendo reconhecidos como Receita em conta de Resultado, conforme geração das respectivas despesas correspondentes por meio do regime contábil de competência, para que posteriormente ocorra seu pagamento por meio dos recursos que se encontram em contas bancárias vinculadas.

A previsão é que os saldos destes convênios sejam reconhecidos como Receita em conta de Resultado no decorrer exercício de 2020

NOTA 12 – SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

Valores referentes a contratos firmados com a Secretaria do Estado da Saúde de Santa Catarina, com o objetivo de viabilizar recursos financeiros para investimentos no patrimônio e nas instalações da Fundação, com a seguinte composição:

Convênio	Valor	Finalidade
19647/2009-9	697.694,92	Valor utilizado para construção da UTI
2018TR000396	2.537.569,99	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares
2018TR000402	1.431.758,93	Valor utilizado para construção da UTI
2018TR001627	580.649,07	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares
8.279/2012-1	171.094,87	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares
850801-2017	175.940,02	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares
850688-2017	454.188,18	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares
850802-2017	321.629,54	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares
Total	6.370.525,52	

Estes saldos estão apresentados de forma atualizada, onde os mesmos estão sendo reconhecidos como Receita em conta de resultado de forma proporcional a depreciação mensal.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido negativo no valor de R\$ 14.561.756,95 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos), é resultante de:

- R\$ 19.731,00 (dezenove mil, setecentos e trinta e um reais) positivo: referente a aumento de Patrimônio Social com a inclusão de um terreno urbano situado no Balneário Rincão, referente ao lote 34 da quadra 175, loteamento ARGU, conforme registro R-3/28.152, do Cartório de Jorge Bertan, doado pelo Senhor Arcolino Guglielmi, no valor de R\$ 2.500,00; Um monitor fetal Cardiotocógrafo, modelo MFC-500, marca Microem, doado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, mantida pela Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI, conforme termo de doação, no valor de R\$ 17.231,00.
- R\$ 9.229.589,97 (nove milhões, duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos) positivo: referente reavaliação patrimonial realizada no exercício de 2005.
- R\$ 21.270.320,97 (vinte e um milhões, duzentos e setenta mil, trezentos e vinte reais e noventa e sete centavos) negativo: referente ao montante de déficits e superávits acumulados de exercícios anteriores;
- R\$ 2.540.756,95 (dois milhões, quinhentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta seis reais e noventa e cinco centavos) negativo: referente ao déficit registrado no exercício de 2019.



Os déficits apurados de períodos anteriores provém basicamente do provisionamento da quota patronal do INSS, em virtude da Fundação não possuir o Certificado de Entidade de Assistência Social (CEBAS) emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no período de nov./2005 a dez./2008, gerando passivos Previdenciários que foram incluídos no Parcelamento PROSUS e atualizados conforme determina a legislação fiscal.

Em 2012, o Ministério da Saúde emitiu certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social através da portaria SAS/MS nº. 608, publicado no DOU em 28 de junho de 2012, cuja renovações foram deferidas conforme portarias nº 1.346/16 e nº 1.500/17, com validade de 17 de novembro de 2017 até 16 de novembro de 2020.

NOTA 14 – RECEITAS COM SAÚDE - OPERACIONAIS

A Fundação obteve as seguintes receitas operacionais no exercício de 2019:

Descrição	2019	2018
Receitas com Saúde - Operacionais	15.757.212,81	16.814.669,07
Receitas de Serviços por Convênio	9.473.969,57	10.565.186,19
Sistema Único de Saúde - SUS	8.942.448,08	10.144.438,21
Plano de Saúde Privado	527.351,46	417.724,86
Outros Convênios	4.170,03	3.023,12
Receitas de Serviços Externos	691.581,99	789.327,67
Apartamentos	479.852,97	617.572,35
Taxas, Materiais e Medicamentos	211.729,02	171.755,32
Receitas de Subvenções	5.430.499,25	5.064.537,84
Governo Estadual	1.822.814,75	1.585.000,00
Governo Municipal	3.607.684,50	3.479.537,84
Outras Auxílios	161.162,00	395.617,37
Doações	161.162,00	395.617,37

NOTA 15 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido está segregado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Resultado Financeiro	(571.496,83)	(580.450,19)
Receitas Financeiras	13.727,66	36.789,33
Descontos Obtidos	203,60	2.964,68
Juros Recebidos	13.524,06	33.824,65
Despesas Financeiras	(585.224,49)	(617.239,52)
Despesas Bancárias	(7.549,78)	(90.008,31)
Juros	(144.414,58)	(117.042,09)
Multas	(23.901,33)	(4.006,43)
IOF - Imposto Sobre Operação Financeira	(4.637,81)	(2.955,12)
Atualização de Parcelamentos	(40.561,31)	(38.478,42)
Atualização Monetária	(351.108,79)	(360.131,89)
Outras Despesas Acessórias	(10.143,24)	(2.434,26)
Tarifas Cartão de Débito/Crédito	(2.907,65)	(2.183,00)

NOTA 16 – APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos da Fundação foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 17 – GRATUIDADES CONCEDIDAS

Em atendimento ao disposto no artigo 4º da Lei nº 12.101/09, a Fundação Social Hospitalar de Içara, no exercício de 2019, ofertou prestação de serviços ao S.U.S. equivalente a 93,19% de seus atendimentos totais, conforme exposto a seguir:

Período	Total de Atendimentos	Atendimentos SUS	% SUS
Exercício de 2019	108.711	101.313	93,19%
Exercício de 2018	109.361	102.332	93,57%

NOTA 18 – RESPONSABILIDADES CONTINGENCIAIS

Encontram-se em andamento ações indenizatórias, cíveis e trabalhistas movidas contra a Fundação, cujo montante das possíveis contingências ao final do exercício de 2019, esboçados pela assessoria jurídica, era de aproximadamente R\$ 12 milhões.

NOTA 19 – ADESÃO AO PROGRAMA PROSUS

Com a criação do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde - PROSUS, criado pela Lei nº 12.873 de 24 de outubro 2013, a Fundação vem atendendo as exigências necessárias para enquadramento no referido programa, tanto que sua adesão foi aprovada por meio de condição resolutiva, através da Portaria nº 866, de 11 de setembro de 2014, do Ministério da Saúde, processo nº 25000.121232/2014-35. O último dossiê contendo a documentação necessária, foi enviado ao administrador do programa, dia 04 de dezembro de 2015. Os débitos apurados até a data limite de 31 de março de 2014 (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 18, de 06 de outubro de 2014), estão registrados contabilmente com seus respectivos valores corrigidos até o encerramento das demonstrações contábeis referente exercício de 2018, assim discriminados:

Descrição	2019		2018	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
INSS Notificação	-	10.421.118,37	-	10.160.319,75
INSS Patronal a Pagar	-	1.452.755,45	-	1.407.161,54
PIS Folha de Pagamento	-	469.817,94	-	382.037,31
INSS Parcelamento	-	6.315.268,97	-	6.298.958,61
Total	-	18.658.960,73	-	18.248.477,21

Em janeiro e fevereiro de 2016, a Fundação protocolou a desistência de todos os processos judiciais envolvendo a cobrança dos tributos mencionados, sendo esta uma das exigências para enquadramento no PROSUS, e conseqüentemente, o início da vigência do período de moratória de 180 meses.

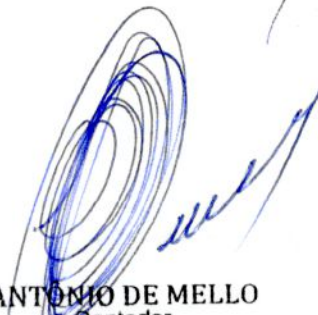
Em maio de 2016, o Ministério da Saúde indeferiu a adesão ao PROSUS pela Portaria nº 601/16, considerando o Parecer Técnico nº 79/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 80/2016/DECEBAS/SAS/MS, constantes do processo nº 25000.121232/2014-35/MS, que concluíram que a Fundação não atende ao requisito do inciso II do art. 29 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.

A Fundação interpôs um recurso desta decisão proferida pelo Ministério da saúde, onde teve seu pedido Deferido, sob judice, à adesão ao PROSUS, conforme consta na Portaria Nº 959 de 28 de junho de 2018.

Desta forma, a Fundação aguarda pela consolidação dos seus débitos tributários por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN para remissão destes, sendo que a previsão é que isto ocorra no exercício 2020.




Fundação Social
São Donato Hospitalar de Içara
Waldemar Luiz Casagrande
CPF 440.721.639-53
Presidente




ANTÔNIO DE MELLO
Contador
CPF 245.376.919-72
CRC-SC 12.837/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Diretores e Conselheiros da
FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA
Içara/SC**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada **“Base para a opinião com ressalva”**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Os valores do ativo “Imobilizado” mantêm-se registrados pelos custos históricos, ajustados por depreciações acumuladas, calculadas às taxas estabelecidas em função do tempo de sua vida útil fixadas por espécie de bens. A Fundação realizou no ano de 2005 o inventário físico dos bens patrimoniais, porém até os dias de hoje, o relatório não se apresenta de forma segregada por grupo de contas contábeis, utilizado apenas para fins de controles físicos. Não obtivemos evidências de novos levantamentos físicos destes bens, comprovando sua existência, bem como sua localização. Para o encerramento do exercício de 2019, não foram aplicados os testes de recuperabilidade desses ativos, conforme orientação do Comunicado Técnico CPC 01 e Seção 17 da Resolução CFC Nº 1.255/09, nos impossibilitando de opinar quanto à realização de seus valores residuais.

Para o encerramento do exercício de 2019 não foi possível acompanhar os inventários físicos de estoques, bem como não nos certificamos da exatidão das quantidades determinadas mediante outros procedimentos de auditoria, impossibilitando-nos de opinar quanto a realização de seus valores.

A Fundação apresentou um elevado déficit no exercício de 2019, onde somado aos déficits acumulados de exercícios anteriores, resultaram no seu Patrimônio Líquido negativo. Os déficits foram gerados principalmente pela atualização de débitos previdenciários relativos ao triênio de 2009 a 2011, em que a Fundação não possuía o Certificado de Filantropia concedido pela CNAS. Tais débitos foram incluídos no Parcelamento PROSUS, que permanece pendente de consolidação pela Procuradora Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Fundação também apresenta o seu capital circulante líquido negativo, onde se evidencia as dificuldades de ordem financeira para honrar os compromissos assumidos a curto prazo. Essas situações, indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Fundação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase – Adesão ao Programa PROSUS

Conforme descrito na Nota Explicativa 19, o Ministério da Saúde indeferiu, por meio da Portaria Nº 601, de 23 de maio de 2016, a adesão da Fundação ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS, criado pela Lei nº 12.873/13, considerando o Parecer Técnico nº 79/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 80/2016/DECEBAS/SAS/MS, constantes do processo nº 25000.121232/2014-35/MS, que concluiu que a entidade não atende o requisito do inciso II do art. 29 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013. A entidade interpôs recurso da decisão, onde obteve deferimento, sob juízo à adesão ao PROSUS, conforme consta em Portaria Nº 959 de 28 de junho de 2018. Diante disto, a Fundação aguarda consolidação dos débitos tributários em aberto, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, registrados até dia 31 de março de 2014. Nossa opinião não contém ressalva com relação a este assunto.

Outros Assuntos

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

Em junho de 2012 a Fundação recebeu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, emitido pelo Ministério da Saúde através da portaria SAS/MS Nº. 0608, publicado no DOU em 28 de junho de 2012, com validade para três anos a contar da data da publicação no DOU. A mais recente renovação do Certificado, onde atualmente também se encontra em vigor, ocorreu por meio da Portaria Nº 1.500 de 15 de setembro de 2017 para o período de 17 de novembro de 2017 a 16 de novembro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar

a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

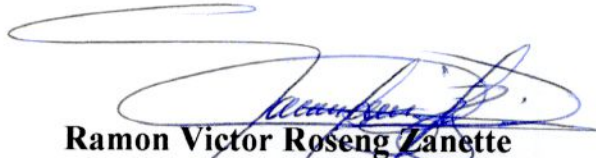
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma/SC, 14 de fevereiro de 2020.

Valutare Auditoria & Pericia Ltda.
CRC/SC nº 10.314/O-1



Ramon Victor Roseng Zanette
Contador CRC-SC nº 037.344/O-1
CNAI nº 5.005